

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

SEI 0011707-88.2025.6.27.8000

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na imperiosa necessidade de garantir a comunicação institucional eficiente e a transparência dos atos da Justiça Eleitoral do Maranhão, especialmente em face do pleito de 2026. A Seção de Comunicação Institucional (SECOI) identificou uma lacuna crítica entre a obrigatoriedade legal de publicidade e a capacidade operacional instalada no Tribunal, configurando os seguintes problemas que demandam solução:

1.1. Insuficiência técnica e operacional da Seção de Artes Gráficas: a unidade não dispõe de maquinário, tecnologia ou insumos adequados para a produção em larga escala de materiais com especificidades técnicas diversas, tais como impressão em grandes formatos (lonas para banners e faixas), adesivação de superfícies (paredes e veículos) e acabamentos gráficos complexos (cartilhas e livretos). A ausência desses meios próprios impede o atendimento tempestivo das demandas, gerando risco de desabastecimento de material informativo. A manutenção de um parque gráfico próprio de grande porte seria antieconômica para o Tribunal em comparação com a terceirização (foco em eficiência).

1.2. Risco de déficit de informação à sociedade: a falta de materiais de divulgação (faixas, banners e cartazes) compromete diretamente a comunicação de dados críticos, como alterações de locais de votação, agregações de seções, prazos de cadastramento biométrico e convocações de mesários/as. A falha nessa comunicação pode resultar em abstenção involuntária e prejuízo ao exercício do voto.

1.3. Deficiência na sinalização e identificação visual: há uma necessidade premente de padronização e identificação visual das unidades da justiça eleitoral e de locais de votação, por meio de adesivação e sinalética adequada. A ausência desses elementos prejudica a orientação de quem precisa de nossos serviços, a organização dos espaços de atendimento e a própria imagem institucional da Justiça Eleitoral.

1.4. Prejuízo às campanhas educativas e de cidadania: a limitação na produção de materiais de apoio (panfletos e cartilhas) impacta negativamente a execução de campanhas de conscientização, combate à desinformação e fomento à cidadania, essenciais para a legitimidade do processo eleitoral.

Portanto, a contratação visa solucionar essas carências, assegurando que o TRE-MA disponha de meios materiais necessários para promover uma comunicação ágil, abrangente e eficaz, garantindo o direito à informação e a efetiva participação popular no processo eleitoral.

2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

2.1 A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2021-2026), vinculando-se diretamente ao Objetivo Estratégico **"Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral"**. O alinhamento justifica-se pois a ampla divulgação das ações institucionais e a correta sinalização dos locais de atendimento são pressupostos básicos para que as pessoas exerçam seu direito de voto e participem ativamente da democracia.

2.2 A demanda está devidamente registrada no **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 (banners e faixas / adesivação / material gráfico)** desta instituição, demonstrando a previsibilidade orçamentária e o planejamento prévio da Seção de Comunicação Institucional (SECOI).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para solucionar os problemas de comunicação e sinalização identificados na Seção 1, a solução de mercado a ser contratada deve, obrigatoriamente, atender aos seguintes requisitos fundamentais de desempenho e resultado:

3.1. Requisito de Tempestividade e Pronta Resposta:

Considerando a natureza do calendário eleitoral, cujos marcos temporais são imutáveis e vinculados a ritos judiciais de propaganda e informação ao eleitorado, a solução deve obrigatoriamente oferecer capacidade de produção e entrega em regime de pronta resposta. O modelo de contratação será o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, justificando-se pela imprevisibilidade do quantitativo exato de demandas urgentes e eventuais alterações de última hora (ex: mudanças de locais de votação por força maior), conforme facultado pelo **Art. 3º, incisos I e V, do Decreto nº 11.462/2023**.

A contratada deverá garantir a disponibilização dos materiais antes dos eventos críticos do pleito, sob pena de comprometer a eficácia da comunicação institucional. Para fins de monitoramento da eficiência, os prazos de entrega serão detalhados no Termo de Referência por meio de **Níveis de Serviço (SLA/ANS)** específicos para itens de urgência, assegurando que o Tribunal não incorra em prejuízo à prestação jurisdicional ou em descumprimento de prazos de publicidade legal.

3.2. Requisito de Durabilidade e Resistência (Desempenho):

Considerando que os materiais de sinalização e divulgação (faixas, banners e adesivos) serão instalados em ambientes externos, sujeitos a intempéries (radiação UV, ventos e umidade), a solução deve apresentar resistência física e química compatível com o período de exposição das campanhas eleitorais. Tal requisito visa assegurar a **economicidade**, evitando o descarte precoce de materiais e o custo adicional de logística para re-instalação (retrabalho).

Os materiais deverão manter a legibilidade e a fidelidade cromática durante todo o ciclo de uso, devendo o Termo de Referência especificar os padrões técnicos de

gramatura, proteção UV e os prazos mínimos de garantia para cada categoria de item, sob pena de substituição sem ônus para este Tribunal em caso de vício de qualidade.

3.3. Requisito de Padronização Visual e Fidelidade (Qualidade)

A contratada deverá assegurar estrita fidelidade cromática e resolução de imagem, em conformidade com as normas de Identidade Visual da Justiça Eleitoral. Tal requisito é essencial para garantir a uniformidade das peças em todos os lotes produzidos, preservando a oficialidade da comunicação e evitando que divergências visuais gerem dúvidas no eleitorado quanto à autenticidade da informação.

Para garantir o cumprimento deste requisito, o Tribunal reserva-se o direito de exigir, na fase de execução ou conforme definido no edital, a apresentação de amostras ou provas de cor para validação técnica pela Seção de Comunicação Institucional (SECOI), servindo estas como padrão de aceitabilidade para o recebimento definitivo dos materiais.

3.4. Requisito de Capacidade Logística e de Instalação:

A solução deve contemplar o fornecimento dos materiais e a prestação dos serviços de instalação técnica especializada (mão de obra, ferramental e insumos), especificamente para os itens de adesivação e sinalética em na zona metropolitana de São Luís (São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar). Tal requisito visa à eficiência operacional, desonerando a força de trabalho interna do Tribunal de atividades de risco e natureza técnica alheia às suas atribuições.

Para a execução desses serviços, a contratada deverá observar rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança (em especial a NR-35 para trabalhos em altura) e assumir total responsabilidade por eventuais danos causados ao patrimônio do Tribunal ou a terceiros durante a instalação. A logística de distribuição para as demais zonas eleitorais do interior do estado será detalhada no Termo de Referência, priorizando a entrega direta ou via remessa, conforme a conveniência administrativa.

3.5. Requisitos de Sustentabilidade e Ciclo de Vida do Produto:

Em estrita observância à Portaria TRE-MA nº 271/2022, regulamentada pela Portaria nº 1.306/2023, e às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, a solução deve atender aos seguintes critérios ambientais:

- **3.5.1. Origem Sustentável do Papel (Itens 7, 8, 9, 10):** para os itens compostos por papel, a solução fornecida deve possuir certificação de cadeia de custódia (como FSC, Cerflor ou equivalente) ou ser constituída de material reciclado, garantindo que a matéria-prima não provém de desmatamento ilegal. O processo de branqueamento do papel deve ser, preferencialmente,

isento de cloro elementar (ECF - *Elemental Chlorine Free*) ou totalmente isento de cloro (TCF).

- **3.5.2. Baixa Toxicidade de Insumos (Todos os itens):** as tintas e solventes utilizados na impressão digital e offset devem apresentar baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs), minimizando a emissão de poluentes atmosféricos e riscos à saúde dos instaladores e usuários, priorizando-se, onde tecnicamente viável, tintas à base de água ou vegetais.
- **3.5.3. Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6):** considerando que lonas (PVC) e adesivos vinílicos são resíduos de lenta decomposição, o TRE-MA se reserva o direito de destinar o material para cooperativas de catadores locais devidamente cadastradas, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)
- **3.5.4. Racionalização de Embalagens:** as embalagens de entrega devem ser otimizadas para o menor volume possível e constituídas de materiais recicláveis, evitando-se o uso desnecessário de plásticos de uso único, conforme art. 6º da Portaria TRE-MA nº 1.306/2023.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

4.1. Prospecção e Análise de Alternativas:

Para o atendimento da necessidade, foram analisadas as seguintes opções

- **Alternativa 1: Produção Interna:** Mostrou-se inviável devido à ausência de infraestrutura tecnológica (maquinário de grande formato) e insuficiência de pessoal especializado para a escala produtiva do período eleitoral. O investimento para montagem de parque gráfico próprio superaria o custo da contratação externa, ferindo a economicidade.
- **Alternativa 2: Contratação de Empresa Especializada (*Outsourcing*):** Identificou-se que o mercado de serviços gráficos e de comunicação visual é amplo e de abrangência nacional, com elevado grau de maturidade tecnológica e competitividade. Esta alternativa permite que o Tribunal acesse empresas de qualquer localidade do país, desde que possuam capacidade logística para entrega e instalação nos prazos e locais definidos. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) em âmbito nacional potencializa a obtenção de preços mais vantajosos devido à economia de escala e à diversidade de fornecedores.

- **4.2. Justificativa da Escolha da Solução:**

Optou-se pela contratação externa de empresa especializada, por ser a solução que melhor atende ao binômio custo-benefício. Os itens pretendidos (faixas, banners, adesivos e impressos) enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, possuindo padrões de desempenho e qualidade amplamente disponíveis no mercado nacional. Tal escolha permite ao Tribunal focar em sua atividade-fim, transferindo ao mercado privado a responsabilidade tecnológica e a manutenção de insumos e equipamentos.

4.3. Justificativa para o Sistema de Registro de Preços (SRP):

A adoção do SRP fundamenta-se nos **incisos I e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023**. A natureza flutuante das demandas eleitorais impede a fixação prévia de um quantitativo imutável, tornando a aquisição parcelada a medida mais eficiente. O modelo permite o atendimento sob demanda (*Just-in-Time*), mitigando riscos de armazenamento inadequado, perdas por obsolescência de informações (mudanças em artes gráficas) e garantindo a **economicidade** ao pagar apenas pelo que for efetivamente produzido.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo das últimas contratações (Atas de Registro de Preços anteriores - ARPS 42/2021, 50/2022, 86/2022, 15/2024 e 66/2024), ajustada pela projeção de demanda para o Pleito de 2026 (Eleições Gerais), que tradicionalmente exige maior volume de comunicação em comparação às eleições municipais ou anos não eleitorais, além de demandas novas.

Além disso, incluiu-se a aquisição de cartazes para distribuição nos locais de votação e seções eleitorais, conforme solicitado pela SUGEL para o pleito de 2026 (documento 2742384) ou ainda de recomendações extremamente importantes, cujas informações são imprescindíveis no dia do pleito, notadamente quanto aos cartazes com referência ao art. 39-A da Lei das Eleições, Ordem de Votação, proibição de uso de aparelho celular, fomento à participação de eleitores/as como mesários/as voluntários/as e, principalmente, cartilhas explicativas para as Eleições.

Embora haja solicitação da SUGEL para tamanhos específicos, reordenamos de acordo com o melhor layout apresentável e adequado para a quantidade de informações do material.

O quantitativo baseou-se em dados da STIC (Despacho 14259 - documento 2695828), com os quantitativos de 5.814 locais de votação e 17.275 seções eleitorais, conforme especificado abaixo:

PAPEL A2:

Cartaz "Obrigatório 39-A" - 1 por seção eleitoral: 17.275

Cartaz "Ordem de Votação" - 1 por seção eleitoral: 17.275

Cartaz "Proibição de celular" - 1 por seção eleitoral: 17.275

Cartaz "Deixe o seu celular Aqui" - 1 por seção e eleitoral: 17.275

Total de PAPEL A2 solicitado pela SUGEL = 69.100

PAPEL A3

Cartaz "Mesário Voluntário"- 2 por local de votação: 11.628

Cartaz "Pesquisa de satisfação do eleitor" - 2 por local de votação: 11.628

Total de PAPEL A3 solicitado pela SUGEL = 23.256

CARTILHA

Cartaz "Encontre seu Local de Votação": 1 por local de votação: **5.814**

Total de CARTILHA solicitado pela SUGEL = 5.814

Os itens referentes à “adesivação” são adquiridos no mercado por metro quadrado em vez de unidades prontas, considerando que as áreas de instalação são diversas.

Aplicou-se um fator de ajuste técnico (margem de segurança) de 10%, considerando a complexidade logística e o aumento volumétrico de demanda inerente ao Pleito Geral de 2026.

Item	Descrição Completa do Objeto	Unid.	Quantidade empenhada 2022	Quantidade empenhada 2024	Média
			ARPS 42/2021 e 50/2022 (Notas de Empenho 366/2022, 388/2022, 594/2022, 293/2023)	ARP 15/2024 (Notas de Empenho 451/2024, 670/2024, 242/2025 e 461/2025)	+ acréscimo de 10% para demandas extras eventuais

1	Faixa em Lona de 380g com impressão digital em policromia, medindo 3m X 0,70m, com 3 ilhós de metal na parte superior e 3 ilhós na inferior com suporte de fixação de madeira nas extremidades de fixação.555	Unid.	580	868	796
2	Banner em lona de 380g com impressão digital em policromia, medindo 1,2m X 0,90m, suporte de fixação de madeira com acabamento nas extremidades em pvc e cordão na parte superior. 535	Unid.	585	972	857

Item	Descrição Completa do Objeto	Unid.	Quantidade empenhada	Quantidade empenhada	Média
			ARP 42/2021 (Notas de Empenho 414/2021, 535/2021, 366/2022)	ARP 66/2024 (Notas de Empenho 803/2024, 278/2025 e 471/2025)	+ acréscimo de 10% para demandas extras eventuais

3	Adesivo com impressão digital em policromia com instalação na região metropolitana de São Luís.	m²	160	300	253
4	Adesivo com impressão digital em policromia sem instalação.	m²	6	105	61
5	Adesivo perfurado com impressão digital em policromia com instalação na região metropolitana de São Luís.	m²	2	188	105
6	Adesivo para carro com impressão digital em policromia e com instalação na região metropolitana de São Luís.	m²	Não houve contratação	150	165

Item	Descrição Completa do Objeto	Unid.	Quantidade empenhada ARP 66/2024 (Notas de Empenho 814/2024, 373/2025,	Solicitação SUGEL	Quantidade Empenhada + solicitação SUGEL + acréscimo de 10% para demandas extras eventuais
7	Panfletos - Especificação : papel sulfite 75g/m²; tamanho 15cm x 21cm; impressão em policromia; com serrilha para destaque posterior; acabamento refile simples.	Unid.	66.500	Não se aplica	73.150
8	Cartazes - Especificação : papel sulfite 75g/m²; tamanho 42cm x 59,4cm (A2); impressão em policromia; acabamento refile simples.	Unid.	29595	69.100	108.564

9	Cartazes - Especificação : papel sulfite 75g/m²; tamanho 42cm x 29,7cm (A3); impressão em policromia; acabamento refile simples.	Unid.	Não se aplica	23.256	25.581
10	Cartilhas - Especificação : papel couchê fosco 75g/m²; tamanho 15cm x 21cm (fechada) 30cm x 21cm (aberta); 12 páginas; encadernação com grampo, formato livreto; impressão em policromia frente e verso; acabamento refile simples.	Unid.	Não se aplica	5.814	6.395

A estimativa para o grupo 3 segue sua própria metodologia para estimar quantidades, pois, além da estimativa de quantidades ordinárias decorrentes de ARPS anteriores (em alguns casos), há também a expectativa de utilização decorrente de solicitações da SUGEL.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO.

6.1. O custo estimado da contratação foi obtido por meio de ampla pesquisa de mercado, cuja metodologia, parâmetros estatísticos (média/mediana) e fontes consultadas encontram-se detalhadamente descritos no **Mapa de Preços**, documento autônomo que compõe a fase de planejamento desta contratação e que também fará parte do processo de planejamento.

6.2. Abaixo, apresenta-se o consolidado dos custos unitários e totais estimados, agrupados pela natureza dos serviços:

Tabela 6.1 - Custo Estimado

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	Faixa em Lona de 380g com impressão digital em policromia, medindo 3m X 0,70m, com 3 ilhós de metal na parte superior e 3 ilhós na inferior com suporte de fixação de madeira nas extremidades de fixação.	UNIDADE	R\$ 171,82	796	R\$ 136.768,72
	2	Banner em lona de 380g com impressão digital em policromia, medindo 1,2m X 0,90m, suporte de fixação de madeira com acabamento nas extremidades em pvc e cordão na parte superior.	UNIDADE	R\$ 72,74	857	R\$ 62.338,18
	3	Adesivo com impressão digital em policromia com instalação na região metropolitana de São Luís.	m²	R\$ 49,95	253	R\$ 12.637,35
2	4	Adesivo com impressão digital em policromia sem instalação.	m²	R\$ 45,97	61	R\$ 2.804,17
	5	Adesivo perfurado com impressão digital em policromia com instalação na região metropolitana de São Luís.	m²	R\$ 67,45	105	R\$ 7.082,25
	6	Adesivo para carro com impressão digital em policromia e com instalação na região metropolitana de São Luís.	m²	R\$ 82,45	165	R\$ 13.604,25
3	7	Panfletos - Especificação: papel sulfite 75g/m²; tamanho 15cm x 21cm; impressão em policromia; com serrilha para destaque posterior; acabamento refile simples.	UNIDADE	R\$ 0,12	73.150	R\$ 8.778,00
	8	Cartazes - Especificação: papel sulfite 75g/m²; tamanho 42cm x 59,4cm (A2); impressão em policromia; acabamento refile simples.	UNIDADE	R\$ 1,73	108.564	R\$ 187.815,72

9	Cartazes - Especificação: papel sulfite 75g/m²; tamanho 42cm x 29,7cm (A3); impressão em policromia; acabamento refile simples.	UNIDADE	R\$ 1,43	25.581	R\$ 36.580,83
10	Cartilhas - Especificação: papel couchê fosco 75g/m²; tamanho 15cm x 21cm (fechada) 30cm x 21cm (aberta); 12 páginas; encadernação com grampo, formato livreto; impressão em policromia frente e verso; acabamento refile simples.	UNIDADE	R\$ 3,17	6.395	R\$ 20.272,15

O valor total máximo da contratação é de R\$ 488.681,62 (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um mil e sessenta e dois centavos).

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO POR GRUPO

7.1 A estratégia de contratação foi modelada para equilibrar a **ampla competitividade** com a **segurança técnica** necessária ao pleito eleitoral, fundamentada no Art. 40, §3º da Lei nº 14.133/2021 e na Súmula nº 247 do TCU.

7.2. Estrutura da Adjudicação

O objeto será dividido em **3 (três) Grupos**, agrupados por afinidade tecnológica e operacional:

- **GRUPO 1 (Comunicação Visual - Lonas):** Focado em impressão de grandes formatos.
- **GRUPO 2 (Comunicação Visual - Adesivação):** Envolve fornecimento e serviço de instalação técnica.
- **GRUPO 3 (Material Gráfico - Papel):** Produção em alta escala (Offset/Digital) de informativos.

7.3. Pilares da Justificativa Técnica e Econômica

Para cada grupo, a decisão de não parcelar item a item baseia-se nos seguintes fundamentos:

A. Unidade de Responsabilidade e Garantia (Grupos 1 e 2)

A separação entre quem fabrica o material (impressão) e quem executa o serviço (instalação) geraria uma **fragmentação da responsabilidade**.

- **Risco:** Em caso de descolamento de um adesivo ou rasgamento de uma lona, a contratada de instalação poderia alegar vício no material, e a de fornecimento, erro na aplicação.
- **Solução:** O agrupamento garante que uma única empresa responda pela **integridade final do produto instalado**, protegendo a garantia e o Erário.

B. Padronização e Fidelidade Cromática (Grupo 3)

A credibilidade da Justiça Eleitoral depende da oficialidade de sua comunicação.

- **Necessidade:** Materiais de papelaria de uma mesma campanha devem possuir idêntica tonalidade.
- **Fator Técnico:** Máquinas e tintas de diferentes gráficas possuem calibrações distintas. Ao agrupar os itens de papel em um lote único, garante-se que toda a produção passe pelo mesmo processo de prova de cor, evitando discrepâncias visuais entre panfletos, cartilhas e cartazes.

C. Eficiência Administrativa e Economia de Escala

O gerenciamento de múltiplas Atas para itens de baixo valor individual é antieconômico.

- **Custo Processual:** A "pulverização" elevaria o custo de fiscalização, gestão de pagamentos e logística de recebimento.
- **Logística:** O agrupamento permite **fretes unificados** e uma interlocução única por segmento, otimizando o fluxo de pedidos (*Just-in-Time*) exigido pelo calendário eleitoral de 2026.

7.3. Conclusão sobre a Competitividade

Diferente de um agrupamento genérico, esta divisão por **nichos tecnológicos** atende ao **Art. 40, §3º, III da Lei 14.133/2021**, pois permite que pequenas e médias empresas especializadas (seja em sinalização ou em *offset*) concorram em pé de igualdade, ampliando o universo de licitantes e garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Objeto e Estrutura de Adjudicação: A solução compreende a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais de comunicação visual e serviços gráficos. A execução será dividida em **3 (três) grupos tecnológicos** (Lonas, Adesivação e Papelaria), visando garantir a especialização técnica e a qualidade dos insumos.

8.2. Modelo de Contratação (SRP): A seleção ocorrerá via Pregão Eletrônico (Lei nº 14.133/2021), com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP). Este modelo permite o atendimento em regime *Just-in-Time*, garantindo que o Tribunal::

- Realize aquisições parceladas conforme o cronograma eleitoral;
- Evite gastos com estocagem desnecessária;
- Pague apenas pelo que for efetivamente demandado.

8.3. Escopo Detalhado da Solução A solução é composta por quatro pilares interdependentes:

1 - Produção de Insumos: Fabricação de materiais (faixas, *banners*, adesivos e impressos) seguindo critérios de sustentabilidade e fidelidade cromática.

2 - Instalação Técnica (Grupo 2): Prestação de serviço especializado (mão de obra e ferramentas) para adesivação na Região Metropolitana de São Luís, excetuando-se o Item 4.

3 - Gestão Logística: Acondicionamento seguro, transporte e entrega direta nos locais designados pelo Tribunal.

4 - Garantia e Suporte: Substituição de materiais com vícios de qualidade ou divergência de cor sem ônus para a Administração.

8.4. Vigência e Prorrogação A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de **1 (um) ano**. Em consonância com o **Art. 84 da Lei nº 14.133/2021**, a vigência poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica para o Tribunal e a manutenção das condições de mercado.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Independência da Solução Não foram identificadas contratações externas correlatas ou interdependentes que onerem ou condicionem a execução técnica deste objeto. A solução é autossuficiente para o atendimento da demanda de comunicação visual e gráfica do Tribunal.

9.2. Autonomia na Criação e Pré-Impressão A etapa de criação intelectual, design gráfico e diagramação das artes será executada integralmente pela força de trabalho interna do Tribunal, por meio da **Seção de Editoração e Artes Gráficas (SEART)** e da **Seção de Comunicação Institucional (SECOI)**.

- **Vantagem:** Esta autonomia assegura a agilidade no envio dos arquivos para produção e elimina a dependência de agências externas para a fase preliminar do fluxo produtivo.

9.3. Compatibilidade Técnica As artes produzidas internamente serão fornecidas às contratadas em formatos de arquivo compatíveis com os padrões industriais de impressão, garantindo a pronta execução das Ordens de Fornecimento logo após a homologação das provas de cor.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS

10.1. A contratação de serviços gráficos e comunicação visual gera impactos ambientais diretos, relacionados principalmente ao consumo de recursos naturais (papel, celulose), uso de insumos químicos (tintas, solventes) e geração de resíduos sólidos de difícil decomposição (lonas de PVC e vinil adesivo).

10.2. Em conformidade com o art. 18, § 1º, XII da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes da **Portaria TRE-MA nº 1.306/2023** (que regulamenta a sustentabilidade nas contratações do Tribunal), foram mapeados os seguintes impactos e definidas as respectivas medidas mitigadoras:

- **Geração de Resíduos Poliméricos (Lonas e Adesivos):** o descarte inadequado de banners e faixas (compostos por PVC e derivados de petróleo) pode levar centenas de anos para decomposição.
 - *Medida Mitigadora:* O TRE-MA se reserva o direito de destinar o material para cooperativas de catadores locais devidamente cadastradas, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)
- **Consumo de Papel e Insumos Florestais:** o uso de papel não certificado contribui para o desmatamento.
 - *Medida Mitigadora:* Uso exclusivo de papel com certificação de cadeia de custódia (FSC, Cerflor) ou material comprovadamente reciclado.
- **Emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs):** tintas à base de solventes agressivos poluem o ar e afetam a saúde humana.
 - *Medida Mitigadora:* Obrigatoriedade de tintas com baixa emissão de compostos voláteis, priorizando tecnologias Látex ou UV.
- **Geração de Resíduos de Embalagens:**
 - *Medida Mitigadora:* Utilização de embalagens recicláveis, biodegradáveis e otimizadas para menor volume de transporte.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 A contratação visa alcançar resultados que transcendem o mero fornecimento de material, impactando diretamente a eficiência da prestação jurisdicional eleitoral. Os resultados esperados e os respectivos benefícios para a administração são:

1. Garantia do Direito à Informação (Eficácia):

- **Objetivo:** Assegurar que 100% das alterações de locais de votação e convocações oficiais cheguem ao eleitorado.
- **Impacto:** Redução do índice de abstenção e de confusão nos dias de pleito por falta de sinalização adequada.
- **Meta:** Atendimento tempestivo de todas as demandas urgentes da Secretaria de Comunicação.

2. Padronização e Credibilidade Institucional (Qualidade):

- **Objetivo:** Obter uniformidade visual absoluta em todas as unidades da Justiça Eleitoral do Estado.
- **Impacto:** Transmissão de profissionalismo e segurança à sociedade através de uma identidade visual coesa e oficial.

- **Meta:** Zero divergência de cores e acabamentos entre os diferentes lotes produzidos
- **Celeridade e Disponibilidade Operacional (Eficiência):**
- **Objetivo:** Eliminar gargalos produtivos e o retrabalho decorrente da falta de capacidade do parque gráfico interno.
- **Impacto:** Garantia de que os materiais de campanha e sinalização estarão disponíveis nas Zonas Eleitorais antes das datas críticas do calendário do TSE.
- **Meta:** Entrega dos materiais dentro dos prazos estritos do cronograma eleitoral de 2026.

3. Responsabilidade Socioambiental (Sustentabilidade):

- **Objetivo:** Promover o consumo responsável e o descarte consciente.
- **Impacto:** Alinhamento do Tribunal ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- **Meta:** 100% de uso de papéis certificados e comprovação de destinação correta das sobras de PVC e adesivos.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

A equipe de planejamento concluiu que o Tribunal possui **plena prontidão operacional**, não havendo necessidade de intervenções estruturais ou investimentos prévios à celebração da Ata de Registro de Preços.

- **Infraestrutura e Logística:**
 - O Tribunal dispõe de espaço físico adequado para recepção e triagem (Almoxarifado e SECOI).
 - As unidades administrativas e os Fóruns Eleitorais já possuem as condições superficiais prontas para a recepção dos materiais e instalação de adesivagem.
- **Recursos Humanos e Gestão:**
 - **Expertise Consolidada:** A equipe designada para fiscalização e gestão já possui experiência em pleitos anteriores, sendo tecnicamente apta para a conferência de gramaturas, fidelidade cromática e qualidade de acabamento.
 - **Desoneração:** Não há custos previstos com treinamentos, consultorias ou contratações de suporte.
- **Integração Tecnológica:**
 - O fluxo de trabalho (Aprovação de Provas > Ordem de Fornecimento > Recebimento) será executado via **Sistema SEI** e meios oficiais, sem necessidade de customização de softwares ou novos licenciamentos.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Com base nos estudos realizados, a Equipe de Planejamento declara que a contratação é **plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e ambiental**.

13.1. Síntese dos Fundamentos de Viabilidade:

- **Essencialidade (Tópico 1):** A contratação é o meio indispensável para assegurar a transparência das **Eleições 2026**, garantindo que as informações cheguem ao eleitorado de forma clara e tempestiva.
- **Competitividade (Tópico 4):** O mercado fornecedor é amplo, competitivo e maduro, com diversas empresas aptas a atender aos requisitos de qualidade e sustentabilidade, inexistindo risco de restrição indevida ou *lock-in*;
- **Economicidade (Tópico 6):** A estrutura de **Sistema de Registro de Preços** aliada à **adjudicação por grupos** assegura que o Tribunal obtenha o menor preço sem comprometer a qualidade ou a logística de entrega.
- **Responsabilidade Ambiental (Tópico 10):** A solução incorpora critérios de sustentabilidade que mitigam os danos ambientais e alinham o Tribunal às melhores práticas de gestão de resíduos.

13.3 Desta forma, o presente Estudo Técnico Preliminar cumpre os requisitos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES nº 58/2022, estando apto a subsidiar a elaboração do Termo de Referência e o prosseguimento do certame licitatório.

14. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome: AMANDA BORGES MOUZINHO

Matrícula: 30990788

Setor: Seção de Comunicação Institucional (SECOI)

São Luís, 20 de abril de 2026.